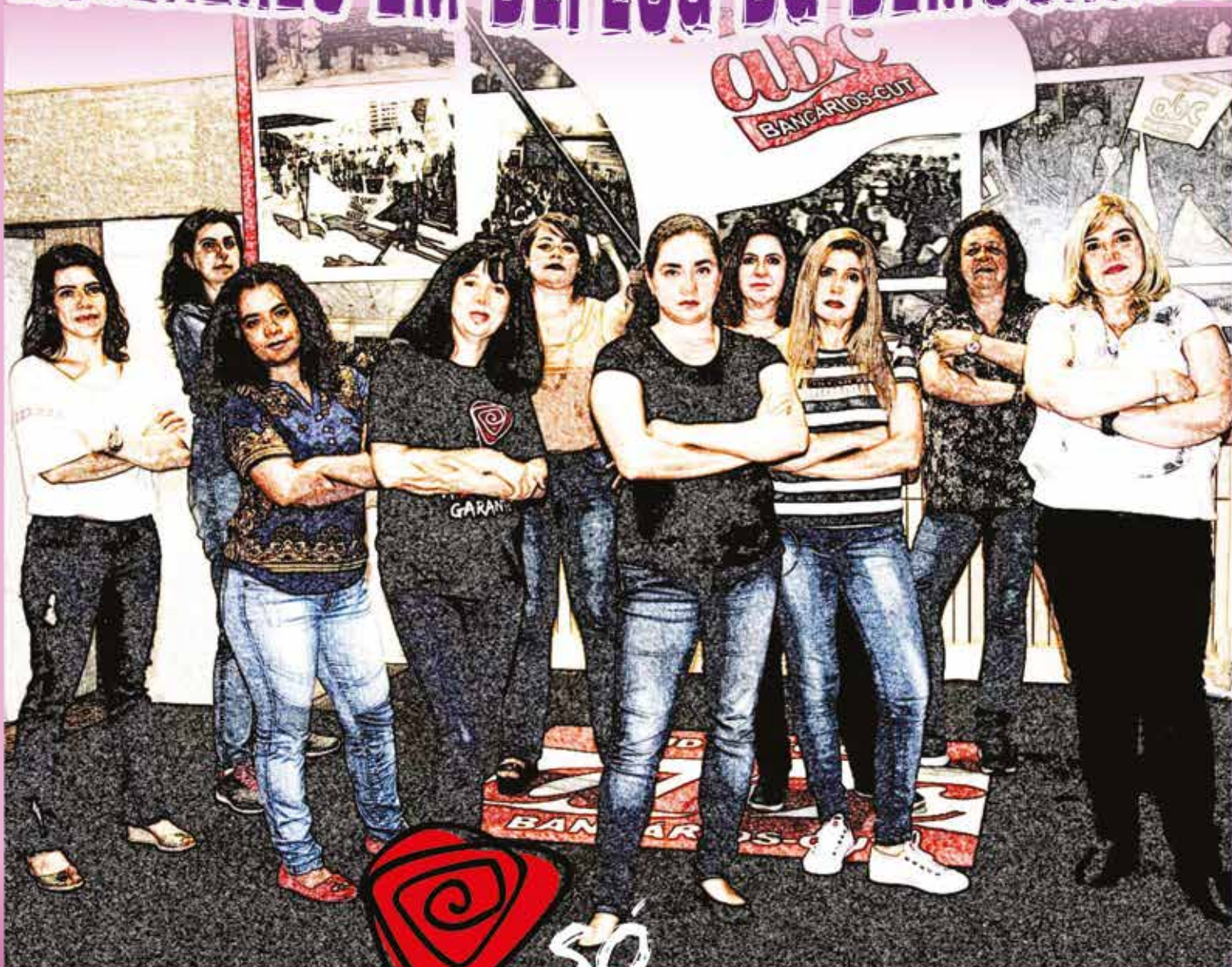




Nova Identidade

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro do Grande ABC - Filiado à Fetec SP/CUT e Contraf/CUT - Março/2018

MULHERES EM DEFESA DA DEMOCRACIA



SÓ
A LUTA^{TE}
GARANTE

8 de março é dia Internacional da Mulher. Mas a luta vem de longe

Uma tragédia nesta data, no ano de 1911, causou a morte de mais de 100 operárias, mas as lutas feministas são anteriores e têm origem no século 19

Sempre que se fala no 8 de Março vem à mente a imagem de operárias carbonizadas numa empresa de Nova York durante reivindicações por melhores condições de trabalho. Mas a verdade é que o movimento feminista vem de longa data, anterior a 1911, quando ocorreu essa tragédia. Vem ao lado da luta dos operários pela história, desde a exploração introduzida pela Revolução Industrial no século 19.

As mulheres foram às greves contra as longas jornadas, baixos salários, más condições de trabalho e pelo fim do trabalho infantil, muito comum nas fábricas do período. No Brasil, essas lutas surgiram com os anarquistas do início do século passado. O direito ao voto, só conquistado em 1932, mobilizou a ação feminina nas décadas de 1920 e 30. Foi só nos anos 1960, porém, que o movimento feminista ganhou corpo e, em 1977, o "8 de março" foi reconhecido como Dia Internacional da Mulher pela ONU.

A partir dos anos 1970 surgiram no País organizações que passaram a incluir nas discussões a igualdade entre os gêneros, a sexualidade e a saúde da mulher. E nos anos 1980, com as ações pela retomada democrática do País, isso se fortaleceu e resultou em valiosas conquistas, tais como a criação de conselhos voltados à condição feminina, o surgimento das delegacias especializadas da mulher (1985) e a lei Maria da Penha (2006). Hoje, as mulheres não pedem mais espaço. Elas sabem que o espaço é delas, e estão aí para defender seus direitos, entre os quais a democracia.



Inez Galardinovic
Diretora do Sindicato

Defesa dos direitos

Nos últimos meses, vários projetos apresentados aliada do governo Temer – que é ilegítimo por afrontar conquistas que vêm de décadas de luta (já em vigor) e a previdenciária, agora suspensa e social, incluindo aí os coletivos feministas. E por consequência a vidas das mulheres trabalhadoras, do campo de investimentos em setores essenciais, deixando na mão destruindo ainda mais a cidadania. Confira.

Desrespeito às grávidas e seus bebês

Na reforma trabalhista um dos itens mais perversos focou diretamente nas gestantes. Ele estabelece que grávidas não precisam ser afastadas de trabalhos em condições insalubres de graus mínimo e médio, mas que também podem afetar a saúde tanto da mãe quanto do bebê; ou, pior ainda, dos dois. Embora a questão possa ser modificada por medida provisória, como já foi divulgado, isso ainda não ocorreu. O que significa que a trabalhadora nesses locais só vai ser afastada se apresentar um atestado de saúde que faça essa recomendação. E o mesmo vale para aquelas que amamentam.

Previdência como direito da mulher

As mudanças na lei trabalhista criaram o contrato de trabalho intermitente, sem garantias, e a terceirização aprovada vai pelo mesmo caminho. As mulheres, que em geral já têm menores salários e ficam mais tempo em empregos temporários, perdem mais. E se a reforma da Previdência voltar à pauta e passar, vão ser prejudicadas também nessa hora, porque terão que trabalhar muitos anos a mais para chegar à aposentadoria, e já têm dupla ou tripla jornada. Dados da PNAD Contínua revelam o número de horas dedicadas aos cuidados de pessoas e aos afazeres domésticos conjuntamente, para mensurar a intensidade e a diferença em sua realização por homens e mulheres. Em 2016, a média de horas dedicadas no Brasil era de 16,7 horas por semana, com grande discrepância: 11,1 horas em média para homens e 20,9 horas em média para mulheres.

Is é luta de mulher

dos e/ou aprovados no Congresso Nacional pela base porque chegou ao poder por um golpe institucional – e lutas. Exemplos claros são as reformas trabalhista e da previdência contra a qual se uniu todo o movimento sindical e a reforma da educação? Porque há cláusulas que alteram substancialmente o orçamento e da cidade. Os ataques também vêm via corte de verbas para não todos os que necessitam de serviços públicos e



Sem verbas e sem direitos

Como se não bastassem as mudanças nas legislações também foi aprovado o projeto que congela investimentos públicos em setores essenciais (saúde e educação, entre outros) por duas décadas, a chamada “PEC do Teto”. Isso significa que o Estado arrecada impostos mas não investe em programas sociais. Pagamento de juros aos banqueiros segue sem teto.

“O governo e seus aliados fazem alterações nas leis e cortes de investimentos que, ao final, acabam por aniquilar o conceito de cidadania plena, fundamental numa democracia. As condições de vida e de trabalho pioram, não são geradas políticas públicas eficientes e focadas em grupos específicos (mulheres, crianças e trabalhadores) e aumenta a repressão contra os que buscam garantir seus direitos. É assim que o golpe vai se consolidando, e precisamos de muita organização para reverter esse processo, além da consciência desse cenário ao votar em outubro. Ou se escolhe alguém que esteja do lado da sociedade e dos direitos das mulheres, ou nada vai melhorar”, disse Elaine Cristina - Diretora do Sindicato.

Política é lugar de mulher

Mulheres precisam ocupar espaços de poder para defender seus direitos

No Parlamento nacional há somente 10% de mulheres. Na comparação, o Brasil se aproxima dos países do Oriente Médio e norte da África (8,9%). O Afeganistão, por exemplo, tem 28% de mulheres no Parlamento.

A Lei nº 12.034/09, que impõe aos partidos e às coligações o preenchimento do número de vagas de, no mínimo, 30%, e, no máximo, de 70% para candidatas de cada sexo, não funciona na prática. Entre os muitos problemas apontados está o lançamento de candidaturas “laranjas” para cumprir a cota; ou seja, candidaturas em que nem o próprio partido que as lança aposta.

“É inaceitável tão pouca presença da mulher na política. Somos milhões de eleitoras, mas representadas majoritariamente por homens. É claro que se esse percentual fosse equilibrado, as mulheres teriam mais poder e, com ele, mais facilidade para defender nossos interesses específicos”, aponta a diretora sindical Elisabeth Lopes.





Nova Identidade

Programação inclui atividades culturais

Lançamento de livro e apresentação de espetáculos teatrais integram agenda

No 8 de Março o Sindicato promove **manifestação na rua Senador Fláquer**, em Santo André, durante a manhã e, no período da tarde, une-se à CUT e representantes de outras categorias de trabalhadores na avenida Paulista.



Jornada em Defesa da Democracia e dos Direitos, foi lançada no dia 24 de março, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo. Durante esse mês da mulher a Jornada promoverá uma série de mobilizações e debates sobre os direitos das mulheres, democracia e consequências do golpe que levou ao poder o ilegítimo Michel Temer e aliados, após derrubarem a presidenta eleita Dilma Rousseff.



nada promoverá uma série de mobilizações e debates sobre os direitos das mulheres, democracia e consequências do golpe que levou ao poder o ilegítimo Michel Temer e aliados, após derrubarem a presidenta eleita Dilma Rousseff.

Pontos de Fiandeiras apresenta:

23 de março - 19h: Lançamento do Livro: "**Ponto Segredo. Ponto Corrente - Presença Feminina na Dramaturgia do ABC Paulista**"

24 de março - 19h:

Peça Teatral **Ponto Segredo. Primeiros Fios.**

25 de março - 18h:

Peça Teatral **Ponto Corrente**



Adélia Nicolete,
dramaturga,
roteirista e
escritora.



Local: Sede Social do Sindicato - rua Xavier de Toledo 268, Centro - Santo André

Mais informações serão divulgadas no site (www.bancariosabc.org.br).